



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBUZEIRO

**LEI Nº 179/2005.**

*EMENTA: Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2006 e dá outras providências*

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UMBUZEIRO**, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que são oferecidas pelo cargo, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**DAS DIRETRIZES GERAIS**

**Art. 1º** - Ficam estabelecidas nos termos desta Lei, as diretrizes gerais para elaboração e execução do orçamento do Município de Umbuzeiro para o exercício financeiro de 2006, em cumprimento ao disposto no art. 165 § 2º da Constituição Federal, art. 4º da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, sem prejuízo das normas financeiras estabelecidas pela Legislação Federal.

**Parágrafo Único** – As diretrizes orçamentárias para o exercício de 2006, compreende:

- I – as prioridades e metas da administração municipal;
- II – a organização e estrutura dos orçamentos;
- III – as diretrizes gerais para elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações;
- IV – as disposições relativas à dívida municipal;
- V – as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI – a política de aplicação dos recursos destinados ao desenvolvimento do ensino e às ações de saúde;
- VII – os fundos especiais;
- VIII – as disposições sobre as alterações na legislação tributária.
- IX – as disposições gerais.

**Art. 2º** - Constituem prioridades para elaboração do Orçamento para o exercício de 2006, as ações constantes do Anexo I desta Lei que terão precedência na alocação de recursos nos orçamentos dos respectivos órgãos, não se constituindo em limite à programação da despesa.

**Art. 3º** - O orçamento anual do Município, abrangerá os poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos.

**§ 1º** - O montante das despesas não poderá ser superior ao das Receitas.

**§ 2º** - As unidades orçamentárias projetarão suas despesas, tomando por base os gastos realizados no primeiro semestre do exercício corrente e nos preços praticados no mercado, considerando-se o aumento ou diminuição dos serviços prestados e a estimativa da receita.

**§ 3º** - O valor estimado da Receita será obtido com base na análise das demonstrações da previsão de arrecadação para o corrente exercício e da receita arrecadada nos quatro últimos exercícios, considerando-se os efeitos das modificações na Legislação Tributária, as quais serão objetos de Projeto de Lei a ser encaminhado à Câmara Municipal até o dia 15 de outubro de 2005 e promulgada antes do encerramento do exercício, para vigência a partir do exercício seguinte, bem como, as circunstâncias de ordem conjuntural que possam afetar a arrecadação de cada fonte de receita.

**§ 4º** - Poderão ser previstas despesas a serem financiadas por transferências voluntárias da União ou do Estado através de convênios, podendo, neste caso, as receitas previstas superarem o valor estimado nos estudos realizados.

**§ 5º** - Os projetos em fase de execução terão prioridade sobre novos projetos.

**§ 6º** - O Montante da despesa será obtido mediante estimativa de custos dos Projetos e atividades, considerando-se o valor destinado a Reserva de Contingência.

**§ 7º** - Caberá ao Poder Executivo elaborar um Projeto de Lei orçamentária contendo obras e serviços com possibilidade de serem realizadas durante o exercício ou que as parcelas a serem transferidas para o exercício seguinte estejam cobertas pela transferência de saldos financeiros ou sejam contempladas no orçamento seguinte.

**Art. 4º** - As locações ou arrendamentos de imóveis comerciais ou residenciais para instalação de órgãos da administração deverão estar relacionadas com as prioridades estabelecidas nesta Lei e ser destinadas a instalações de sedes de Secretarias ou por necessidade em razão de excepcional interesse público.

**Art. 5º** - São vedadas despesas com aquisição e manutenção de veículos de representação, ressalvadas as referentes ao Prefeito e ao Presidente do Poder Legislativo.

**Art. 6º** - As despesas com cooperação técnica e financeira do Município com outros níveis de Governo far-se-ão em categoria de programação específica, classificada exclusivamente como transferências, mediante convênio.

**Parágrafo Único** - As despesas realizadas como contribuição financeira para manutenção de serviços básicos de interesse da população, mantidos pelo poder público e de outras esferas de governo, serão classificadas como despesas de custeio, no elemento de despesa apropriado, só podendo ser realizadas mediante convênio.

## **DAS METAS FISCAIS**

**Art. 7º** - Constituem metas fiscais para o exercício de 2006:

- I – geração de resultado primário positivo;
- II – redução do montante da dívida fundada e flutuante;
- III – pagamento de precatórios judiciais;
- IV – manutenção, dentro dos limites fixados, a despesa com pessoal;
- V – redução do montante dos restos a pagar;
- VI – aumento da arrecadação própria do município;
- VII – retomada das ações de investimentos em obras de infra-estrutura;
- VIII – redução do déficit financeiro;
- IX – alcance de resultado econômico positivo;
- X – redução do montante da dívida ativa através da efetiva cobrança.

**Art. 8º** - As despesas deverão apresentar equilíbrio com relação às receitas previstas, podendo, excepcionalmente, no decorrer do exercício, superar as receitas, desde que o excesso da despesa seja financiado pelo saldo das disponibilidades financeiros transferido do exercício anterior.

## **ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DA LEI ORÇAMENTÁRIA**

**Art. 9º** - O Projeto de Lei do Orçamento será elaborado de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 e será composto por:

- I – Orçamento Fiscal;
- II – Orçamento da Seguridade Social;
- III – Orçamento dos seguintes Fundos:
  - a) Fundo Municipal de Saúde;
  - b) Fundo Municipal de Assistência Social;

**§ 1º** – Os fundos especiais terão orçamentos próprios que serão incluídos no orçamento geral do Município, vinculados às unidades orçamentárias.

**§ 2º** - São consideradas unidades gestoras aquelas com orçamentos e contabilidade próprios.

**§ 3º** - O orçamento demonstrará, em separado, a programação da despesa a ser custeada com recursos transferidos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Valorização do Magistério.

**Art. 10** - O Orçamento Fiscal compreende todas as receitas destinadas a custear as despesas com pessoal e encargos sociais, outros custeios administrativos e operacionais, as transferências correntes, outras despesas correntes e os investimentos em Obras e Instalações, Equipamentos e Material Permanente, Inversões Financeiras, Transferências de Capital e Amortização da Dívida.

**Art. 11** – O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender as ações de saúde, previdência e assistência social.

**Parágrafo Único** – O orçamento da Seguridade Social contemplará Recursos destinados a custear despesas com programas para geração de emprego, qualificação da mão de obra e cursos profissionalizantes.

**Art. 12** - O Projeto de Lei Orçamentária será elaborado de modo a identificar, através de codificação própria, os projetos e atividades programadas.

**§ 1º** - A Classificação da receita obedecerá às especificações constantes do Anexo I a Portaria Interministerial nº 163 de 04 de maio de 2001, divulgado pela Portaria STN nº 180 de 21 de maio de 2001, alteradas pelas portarias nº 325 e 326, de 27 de agosto de 2001, aplicadas de acordo com a Portaria nº 219, de 29 de abril de 2004, da Secretaria do Tesouro Nacional.

**§ 2º** - A despesa obedecerá à classificação funcional programática, introduzida pela Portaria nº 42 de 14 de abril de 1999 do Ministério do Orçamento e Gestão.

**Art. 13** – A despesa, quanto à sua natureza, será classificada por categorias econômicas, grupos de despesa, modalidade de aplicação, e elementos de despesas obedecendo ao disposto na Portaria Interministerial nº 163 e alterações posteriores.

**Art. 14** - Os órgãos e Unidades Orçamentárias terão sua classificação institucional acoplada a uma codificação composta por cinco dígitos, onde o primeiro dígito indica o Poder, o segundo e o terceiro dígitos indicam o órgão, o quarto dígito indica a Unidade Orçamentária e o quinto dígito indica a unidade administrativa ou gestora.

**Art. 15** - Os órgãos são identificados pelos três primeiros dígitos, complementados com dois zeros, obedecendo à organização da Estrutura Administrativa Municipal do Poder ao qual estão vinculados.

**Art. 16** - As eventuais alterações na Estrutura Administrativa do Município, para efeito de introdução na estrutura orçamentária, deverão estar em vigor até o dia 30 de agosto de 2005.

**Parágrafo Único** – As modificações introduzidas na estrutura administrativa que afetem a estrutura orçamentária no decorrer do exercício financeiro, serão feitas através de transposição, remanejamento ou transferência de recursos de um órgão para outro, mediante autorização legislativa ou pela abertura de Créditos Especiais na forma da Lei.

**Art. 17** - Além dos quadros demonstrativos da Receita e da Despesa de que trata a Lei Federal nº 4.320/64, o Orçamento deverá apresentar os quadros que demonstrem:

- I - A evolução de receita;
- II - Consolidação da receita por fontes;
- III - Tabela explicativa da despesa por órgãos;
- IV - Tabela explicativa da despesa por funções;
- V - Tabela explicativa da despesa por categoria e grupos de natureza da despesa;
- VI - Demonstrativo da despesa por funções e fonte de recursos;
- VII - Demonstrativo da despesa por órgãos consolidando projetos e atividades;

VIII - Demonstrativo da despesa por órgãos consolidando grupos de despesa;  
XI - Demonstrativo da despesa por órgãos consolidando modalidade de aplicação;  
X - Demonstrativo da despesa por órgãos consolidando categorias econômicas;  
XI - Demonstrativo da despesa por funções consolidando projetos e atividades;  
XII - Demonstrativo da despesa por funções consolidando categorias econômicas;  
XIII - Demonstrativo da despesa por programas consolidando projetos e atividades;  
XIV - Demonstrativo da despesa por programas consolidando categorias econômicas;  
XV - Quadro demonstrativo da aplicação dos percentuais obrigatórios definidos por Lei.  
XVI - Demonstrativo da origem dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino;  
XVII - Demonstrativo dos recursos vinculados a ações de saúde;  
XVIII - Demonstrativos dos riscos fiscais considerados;  
IX - Demonstrativo da apuração do resultado primário e nominal previsto para o exercício de 2006;

**Parágrafo Único** - Os quadros da evolução da Receita e tabelas explicativas da despesa abrangerão no mínimo quatro exercícios para a receita e três para a despesa.

**Art. 18** - Acompanharão a Lei Orçamentária quadros demonstrativos da receita e da despesa.

#### **DA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

**Art. 19** - Na fixação das despesas e dos investimentos serão observadas as prioridades constantes do Anexo I desta Lei, dando-se preferência aos projetos que estejam em fase de execução.

**Parágrafo Único** - Não poderão ser programados novos projetos:

I - À custa de anulação de dotações destinadas aos investimentos em andamento, desde que tenham sido executados 10% (dez por cento), do projeto.

II - Sem prévia comprovação de sua viabilidade técnica, econômica e financeira.

**Art. 20** - Os projetos constantes do Orçamento vigente, cuja execução no atual exercício seja impossível, serão transferidos para a proposta orçamentária do próximo ano, com previsão de novos valores, para garantia da observância do Plano Plurianual.

**Art. 21** - Constará no Orçamento Programa, dotação específica destinada ao pagamento de precatórios e sentenças judiciais.

**§ 1º** - O pagamento de precatórios judiciais obedecerá rigorosamente à ordem cronológica, e os precatórios não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada do Município.

**§ 2º** - As despesas com pagamento de precatórios judiciais não excederão, no exercício, a 4% (quatro por cento) da receita proveniente das transferências do Fundo de Participação dos Municípios.

**Art. 22** – As dotações alocadas na lei orçamentária, destinadas ao pagamento de precatórios judiciais, só poderão ser anulados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade, mediante autorização específica do Poder Legislativo.

**Art. 23** – A Lei Orçamentária conterá reserva de contingência limitada até 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

**§ 1º** - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo III desta Lei.

**§ 2º** - Consideram-se como riscos e eventos fiscais imprevistos, a insuficiência de dotações orçamentárias para o custeio de despesas obrigatórias.

**§ 3º** - A reserva de contingência será constituída pela reserva financeira resultante do superávit financeiro mensal.

**§ 4º** - Para atender ao disposto no § 1º, a reserva de contingência somente será utilizada, observada a tendência do exercício, no segundo semestre.

**Art. 24** - Os orçamentos dos Fundos deverão ser apresentados até o dia 31 de agosto de 2005, para inclusão no Orçamento Geral do Município.

**Art. 25** - Será assegurada, mediante consulta, a participação popular no processo de elaboração da proposta orçamentária e nas modificações do Plano Plurianual.

## **DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL**

**Art. 26** - A despesa total com pessoal da administração direta e indireta, inclusive autarquias e fundações, fixadas na Lei Orçamentária ficam limitadas a 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida, atendendo ao disposto na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

**§ 1º** - O limite estabelecido para as despesas de pessoal de que trata este artigo, abrange os gastos dos Poderes Legislativo e Executivo nas seguintes despesas:

- I - Remuneração do pessoal ativo a qualquer título e seus adicionais;
- II - Proventos de inativos e pensões;
- III - Remunerações de mandatos eletivos;
- IV - Subsídios de membros dos Poderes;
- V - Salário Família;
- VI - Encargos sociais e contribuições previdenciárias;
- VII - Outras despesas de pessoal.

**§ 2º** - O limite estabelecido no *caput* será distribuído entre os Poderes na forma abaixo, observado o disposto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000:

- I – Poder Legislativo, 6% (seis por cento);

II – Poder Executivo, 54% (cinquenta e quatro por cento).

**§ 3º** - A Câmara Municipal observará o disposto no art. 29 A, § 1º da Constituição Federal, quanto aos gastos com folha de pagamento, incluindo o gasto com o subsídio dos Vereadores.

**Art. 27** - Ficam autorizadas as criações, transformações e extinções de cargos públicos no exercício de 2006, para adequação do quadro de pessoal às necessidades do serviço e manter o equilíbrio da despesa com o pessoal, bem como, reajustes ou aumentos de vencimentos, criação de vantagens pessoais, gratificações e incentivos, e implantações ou modificações de planos de carreira de servidores, observados os limites máximos permitidos para despesas com pessoal na forma da Lei a existência de saldo orçamentário para suportar a despesa.

**§ 1º** - Para que sejam realizadas as criações, transformações e extinções dos cargos, bem como, reajuste ou aumento de vencimentos, criação de vantagens pessoais, gratificações e incentivos, e implantações ou modificações de planos de carreira de servidores constantes do Caput deste artigo, será necessária autorização Legislativa.

**§ 2º** - Fica autorizada a manutenção de Conselhos Tutelares, com a criação dos cargos de Conselheiro Tutelar, remunerado e custeado pelas dotações do Fundo Municipal dos Diretos da Criança e do Adolescente.

**§ 3º** - Para adequação das despesas de pessoal aos limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, poderá ser adotado o processo de disponibilidade de servidores com pagamento de salário proporcional ao tempo de efetivo serviço, mediante extinção de cargos.

**Art. 28** - A criação de cargos públicos será feita por Lei específica, respeitada a iniciativa, e deverá obedecer a necessidade dos serviços, observando a existência de dotações orçamentárias para suportar as despesas dela decorrentes.

**Art. 29** - Os cargos ou empregos públicos, cuja vacância ocorrer no exercício de 2006 e os criados no decorrer do exercício, poderão ser preenchidos nos termos do art. 37, inciso II da Constituição Federal, ou mediante contrato temporário por excepcional interesse público na forma da Lei sempre mediante a necessária e prévia autorização do Poder Legislativo Municipal.

**Art. 30** – Ficam autorizadas as contratações de pessoal por tempo determinado para atender excepcional interesse público ou programas temporários, bem como substituição de servidores ou ainda quando a nomeação tornar-se onerosa e sempre mediante a necessária e prévia autorização do Poder Legislativo Municipal.

**Parágrafo Único** – As contratações temporárias por excepcional interesse público, observarão a existência de dotação orçamentária específica e a autorização legal emanada do Poder Legislativo Municipal.

**Art. 31** – Não se incluem nas vedações de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101, pagamento de horas extras contratadas para atender urgência dos serviços nas áreas de educação, saúde e limpeza pública, ou situações de emergência e de excepcional interesse público.

**Art. 32** – Para efeito da apuração da Despesa Total com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente a substituição de servidores de que trata o art. 18 da Lei Complementar nº 101, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no plano de cargos da administração municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

**Parágrafo Único** – Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de material ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa não será classificada no elemento de despesas destinado a Outras despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização.

### **DAS DESPESAS COM O PODER LEGISLATIVO**

**Art. 33** – As despesas com o Poder Legislativo não serão superiores a 8% (oito por cento) do valor da receita tributária e de natureza tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizada no exercício de 2005, excluídos os gastos com inativos.

**Art. 34** – Os recursos destinados ao Poder Legislativo, serão colocados à disposição do mesmo, de uma só vez, até o dia vinte de cada mês, com base na aplicação da seguinte fórmula:

$$X = \frac{R}{y}$$

Onde: X = Duodécimo mensal;

R = 8% (oito por cento) da Receita do ano anterior (art. 29-A da Constituição Federal);

y = Meses do ano.

**Art. 35** - A proposta parcial do Poder Legislativo para 2006 será elaborada de acordo com os parâmetros e as diretrizes estabelecidos nesta Lei e em consonância com os limites fixados nos termos do Art. 29 A da Constituição Federal, introduzido pela Emenda Constitucional 25, de 14 de fevereiro de 2000, devendo ser encaminhada até 31 de agosto de 2006 à Secretaria de Finanças, para efeito de consolidação da proposta orçamentária geral.

### **DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**Art. 36** - Na execução orçamentária serão consideradas prioritárias para pagamento, as despesas com:

- Pessoal;
- Proventos de Inativos e Pensionistas;
- Encargos Sociais e Obrigações Patronais;
- Pagamento da dívida fundada e flutuante;
- Parcelamento de débitos para Institutos de Previdência;
- FGTS e PASEP;

- Precatórios Judiciais.

**Art. 37** - O Município aplicará 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos conforme dispõe o artigo 212 da Constituição Federal prioritariamente na manutenção e desenvolvimento do ensino.

**§ 1º** - Do total resultante da aplicação de 25% (vinte e cinco por cento), sobre as receitas resultantes de impostos a ser aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino, o Município destinará 60% (sessenta por cento) para manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental.

**§ 2º** - Dos recursos resultantes das transferências do Fundo de Participação dos Municípios e do Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, e do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, bem como as transferências em razão da Lei Complementar nº 87/96 destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, 15% (quinze por cento) serão automaticamente transferidos para formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Valorização do Magistério.

**§ 3º** - Os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino serão colocados à disposição do órgão responsável pela educação, de acordo com o disposto no § 5º do art. 69 da Lei Federal nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

**Art. 38** - Das receitas resultantes das transferências do Fundo de Participação dos Municípios, serão destinados no mínimo 25% (vinte e cinco por cento), para o programa manutenção e desenvolvimento do ensino, inclusive transferências para a formação do FUNDEF.

**Art. 39** - Do total das Receitas Resultantes de Impostos, será destinado, no mínimo 15% (quinze por cento), para as ações de Saúde executadas através da Prefeitura Municipal de Umbuzeiro, observado o disposto no § 1º do art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

**Art. 40** - Quando a rede oficial de ensino for insuficiente para atender a demanda, poderão ser concedidos auxílios financeiros através de convênios a instituições privadas, ou contratados estabelecimentos da rede particular, mediante pagamento por aluno ano, cujo valor não poderá exceder ao fixado para repasse dos recursos do FUNDEF, mediante autorização específica do Poder Legislativo.

**Art. 41** - Quando a rede oficial de saúde for insuficiente para atender a demanda, poderão ser concedidos auxílios financeiros através de convênios a instituições privadas para prestar atendimento, ou contratados estabelecimentos da rede particular, mediante pagamento por atendimento, observado o disposto na Lei Federal nº 8.666 de 23 de junho de 1993.

**Art. 42** - Para cumprimento do disposto no artigo 167 da Constituição Federal, serão vedados:

I - O início de programas ou projetos não incluídos na Lei Orçamentária anual;

II - A realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III - A realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, aprovado pelo legislativo por maioria absoluta, observada a legislação vigente;

IV - A vinculação de receita resultante de imposto a órgãos, fundos ou despesas, ressalvadas a destinação de recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino e ações de saúde;

V - A abertura de créditos suplementares ou especiais sem prévia autorização Legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI - A transposição, o remanejamento ou transferência de recurso de uma categoria de programação para outra, ou de órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.

**Art. 43** - A criação de fundos dependerá da existência de recursos orçamentários para supri-los ou da abertura de créditos adicionais.

**Parágrafo Único** - Os Fundos Especiais constituirão Reserva Financeira vinculada, identificados para efeito de classificação institucional, com o dígito 9 (nove) e ordem seqüencial.

**Art. 44** - Até trinta dias após a publicação do orçamento, o Poder Executivo elaborará o quadro de metas bimestrais de arrecadação, por fonte e rubrica de receita, especificando as medidas para combater a evasão e a sonegação, e informará:

I - a quantidade e os valores de ações ajuizadas para a cobrança da dívida ativa;

II - montante dos créditos tributários em cobrança administrativa;

III - montante de débitos parcelados;

IV - ações finalizadas.

**Art. 45** - No mesmo prazo, após a publicação do orçamento anual, para cumprimento do disposto no art. 8º da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, o Chefe do Executivo estabelecerá através de decreto, a programação financeira bimestral e o cronograma mensal de desembolso, nos termos do disposto nos artigos 47 a 50 da Lei Federal 4.320/64.

**Parágrafo Único** - Os recursos vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender o objeto de sua vinculação, nos termos do art. 8º parágrafo único da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

**Art. 46** - Ultrapassada a programação financeira determinada para um bimestre, será procedida à limitação de empenho e movimentação financeira visando o enquadramento das despesas nos trinta dias subseqüentes, não se incluindo como objeto de limitação às obrigações legais e constitucionais do Poder, bem como as despesas definidas como prioritárias na forma do art. 36.

**Art. 47** - Em caso de insuficiência de Caixa durante o exercício, o Poder Executivo poderá contratar junto a instituições financeiras, operações de crédito por antecipação da receita orçamentária, observados os limites legais definidos em Lei mediante autorização Legislativa.

**Art. 48** - As anistias, isenções de caráter não geral, os incentivos ou benefícios, a redução de alíquotas ou da base de cálculo dos tributos, são considerados renúncia de receita e deve está acompanhada da estimativa do impacto orçamentário e

das medidas de compensação, nos termos do inciso II do art. 14 da Lei Complementar nº 101.

**Art. 49** – A concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária, limitar-se-á as previsões contidas no Código Tributário Municipal.

**Parágrafo Único** – O ato que conceder ou ampliar incentivos, isenções ou benefícios de natureza tributária ou financeira constante do orçamento da receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação.

**Art. 50** - As receitas resultantes da alienação de bens integrantes do patrimônio público não serão aplicadas no financiamento de despesas correntes, salvo se destinada, por lei, aos regimes de previdência social.

**Art. 51** – A criação ou expansão de ações governamentais que acarrete aumento de despesa deverá constar do plano plurianual e está contemplada nas prioridades constantes no anexo I desta Lei.

**Parágrafo Único** – Para os efeitos do disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, entende-se como despesas irrelevantes, àquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo valor seja inferior ao definido nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993.

**Art. 52** – O sistema de contabilidade manterá controle de custos das atividades, tendo em vista minimizar desvios de execução e aferir os resultados finais para avaliar custo benefício.

**Parágrafo Único** – O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o art. 50, § 3º da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, apurará o custo dos serviços prestados por unidade de medida.

**Art. 53** - As subvenções sociais e subvenções econômicas, quando for o caso, dependerão da existência de dotação orçamentária e autorização Legislativa, apresentação de Plano de Aplicação e prestação de contas, ressalvadas as definidas na Lei Orçamentária, que dependerão apenas de apresentação dos planos de aplicação e prestação de contas.

**Parágrafo Único** – A inclusão de dotações na Lei Orçamentária a título de subvenções e auxílios para entidades privadas sem fins lucrativos dependerá de:

- I – apresentação dos documentos de constituição da entidade;
- II – registro no órgão federal, estadual ou municipal competente;
- III – comprovação do seu regular funcionamento, mediante atestado firmado por autoridade competente;
- IV – prestação de contas de recursos anteriormente recebidos.
- V – autorização legislativa.

**Art. 54** – As transferências de recursos para o setor privado para atender necessidades de pessoas físicas ou jurídicas, obedecerão à regulamentação através de lei específica do Poder Legislativo Municipal.

**Art. 55** - As contribuições financeiras destinadas a pessoas jurídicas dependerão de autorização Legislativa, apresentação de Plano de Aplicação e prestação de contas.

**Art. 56** - As transferências a Fundos serão feitas mediante inclusão dos orçamentos dos mesmos no Orçamento Geral do Município e obedecerão ao disposto no título VII da Lei Federal nº 4.320/64.

**Art. 57** – Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de obrigações ou compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria, após acatamento da justificativa encaminhada ao Órgão e ao Poder Competente.

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 58** - Ficam autorizadas suplementações de dotações para atender insuficiências orçamentárias no decorrer do exercício de 2006, nos termos da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1.964, até o limite previsto em lei.

**Parágrafo Único** - A Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivos estranhos à previsão da receita e a fixação das despesas, se incluindo a autorização para a abertura de créditos adicionais suplementares até 25% (vinte e cinco por cento) da despesa fixada e a contratação de operações de créditos por antecipação da receita, até o limite de 16% (dezesseis por cento) do valor da receita estimada, nos termos da legislação em vigor, vedada à utilização dos recursos provenientes da operação de crédito por antecipação da receita para pagamento de despesas com pessoal.

**Art. 59** – As insuficiências de dotações do grupo de despesas de pessoal e encargos sociais e as destinadas ao pagamento das despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortizações e juros da dívida, poderão ser atendidas mediante abertura de créditos suplementares, utilizando como recursos anulação de dotações orçamentárias.

**Art. 60** - A tramitação do Projeto de Lei Orçamentária na Câmara Municipal obedecerá ao que determina a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno do Poder Legislativo.

**Art. 61** - Não sendo o Projeto de Lei Orçamentária aprovado até o término do último período legislativo de 2005, a Câmara Municipal será, de imediato, convocada extraordinariamente pelo Presidente, na forma estabelecida na Lei Orgânica Municipal, em sessões diárias e sucessivas até que seja o Projeto aprovado.

**Parágrafo Único** - Se até o dia 31 de dezembro de 2005 o Projeto de Lei Orçamentária não for aprovado, o Prefeito decretará a programação financeira com base nos valores nela contidos e executará a sua programação obedecendo aos limites mensais dos créditos orçamentários.

**Art. 62** - O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá a seleção das prioridades estabelecidas no Plano Plurianual, a serem incluídas na proposta orçamentária, podendo se necessário, incluir programas não elencados, desde que financiados com recursos de outras esferas do Governo.

**Art. 63** - O Poder Executivo, poderá firmar convênio com outras esferas de Governo para desenvolver programas nas áreas de educação, cultura, esportes, lazer, turismo, saúde, assistência social, segurança, infra-estrutura urbana, agricultura, transportes, comunicações, meio ambiente, ou para desenvolver quaisquer programas que possam ser implantados ou implementados na área de atuação do Município ou para a manutenção de serviços básicos de interesse coletivo, observando-se a legislação em vigor.

**Art. 64** - É assegurado à Câmara Municipal através da Mesa Diretora, do Sr. Presidente e das Comissões Competentes, o acesso irrestrito às informações Contábeis, Financeiras e Administrativa, para cumprimento do disposto no art. 59 da Lei Complementar No 101 de 04 de Maio de 2000, bem como, para cumprimento do natural exercício das funções do Poder Legislativo Municipal.

**Art. 65** - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 66** - Revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, 30 de junho de 2005.

  
\_\_\_\_\_  
Antonio Fernandes de Lima  
- PREFEITO -

## ANEXO I

### PRIORIDADES PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO

#### PODER LEGISLATIVO

- Prosseguir ações no âmbito da Câmara Municipal com o objetivo de adequá-las as atribuições constitucionais;
- Manter as atividades legislativas e fiscalizadoras da Câmara Municipal.
- Melhorar as instalações do prédio da Câmara Municipal;
- Equipar a Câmara para melhoria de seus serviços.
- Efetuar o pagamento das obrigações previdenciárias patronais da Câmara.

## **PODER EXECUTIVO**

### **ADMINISTRAÇÃO**

- Manter as ações relacionadas ao exercício de direção, supervisão, coordenação e assessoramento técnico do Poder Executivo e respectivas Secretarias;
- Manter o sistema de Processamento de Dados, visando modernizar e tornar mais eficiente os serviços administrativos;
- Manter as ações desenvolvidas com o objetivo de se organizar os serviços dos órgãos da Administração Pública;
- Desenvolver ações para manutenção e ampliação da frota de veículos do município.

### **ASSISTÊNCIA SOCIAL**

- Implementar ações no sentido de gerar renda, junto a grupos carentes, através da instalação de unidades produtivas familiares, núcleos de produção comunitária e pequenos negócios;
- Desenvolver mutirão comunitário de melhoria habitacional em comunidades de baixa renda;
- Desenvolver ações de apoio nutricional nas comunidades carentes;
- Promover ações de apoio a grupos de jovens, crianças e adultos, nas áreas de lazer, cultura desportos e defesa do meio-ambiente;
- Oferecer oportunidades de profissionalização a adolescentes carentes;
- Assistir famílias carentes com programas de apoio para garantir suas necessidades básicas tais como: alimentação, saúde, educação, moradia, vestuário e cidadania;
- Desenvolver programas de geração de emprego com a melhoria da qualidade da mão de obra.
- Desenvolver cursos profissionalizantes;
- Realizar convênios com vistas ao atendimento ao idoso (asilar ou extra-asilar);
- Implantar programa de atendimentos a criança em creche.

### **SAÚDE**

- Desenvolver ações objetivando o controle e a vigilância das doenças transmissíveis e endêmicas;
- Promover ações visando controle das doenças sexualmente transmissíveis;
- Desenvolver ações que proporcionem apoio logístico aos serviços de epidemiologia;
- Promover a vigilância sanitária no âmbito municipal;
- Desenvolver ações específicas, visando o controle de doenças transmissíveis de origem hídrica parasitária;
- Desenvolver ações de orientação educativa sobre higiene bucal e de melhoria de saúde oral, além de extensão de assistência as gestantes e crianças de 7 a 14 anos;
- Manter ações de desenvolvimento da promoção, proteção, recuperação e reabilitação de saúde.
- Manter as ações relacionadas com a criação e manutenção de infra-estrutura para prestação de serviços médicos, através da rede hospitalar dos ambulatórios e postos de saúde;
- Manter as ações pertinentes à criação e manutenção de infra-estrutura para prevenção e combate as doenças, objetivando seu controle e/ou erradicação, assim como o estabelecimento de medidas de vigência epidemiológica;
- Promover ações específicas para desnutridos e gestantes;

- Manter e ampliar o sistema de transporte de pacientes, através da aquisição de ambulâncias e ou locação de veículos;
- Implementar ações para o funcionamento da farmácia básica objetivando suprir as necessidades das pessoas carentes;
- Implementar ações visando à ampliação de ofertas dos exames complementares de diagnóstico;
- Recuperação da estrutura física do Hospital e de Postos de Saúde;
- Aquisição de equipamentos e contratação de pessoal para melhorar os serviços de saúde ofertados à população.

## **EDUCAÇÃO**

- Manter as ações que visem proporcionar o ensino da Pré-escola ao Ensino Fundamental da 1ª a 8ª série, destinada à formação da criança e do pré-adolescente, independente da aptidão ou intelectualidade;
- Manter as ações desenvolvidas com o objetivo de preparar a criança menor de sete anos para sua admissão ao ensino regular de primeiro grau;
- Manter as ações que visem programas especiais para o aprendizado de deficientes físicos, proporcionando-lhes educação especial;
- Aumentar a oferta de vagas no ensino fundamental, especialmente nas séries iniciais;
- Adquirir prédios e terrenos para escolas e construir, ampliar, recuperar e manter a rede física escolar;
- Adquirir e recuperar equipamentos e mobiliários escolares;
- Introduzir e manter escolas profissionalizantes, oferecendo novas opções de escolaridade;
- Apoiar as ações desenvolvidas para melhoria da educação básica na Zona Rural;
- Manter programas de merenda escolar para melhoria do padrão alimentar do educando;
- Avaliar o desempenho da rede escolar, através da ampliação de testes de conteúdo mínimo de rendimento do educando e do educador;
- Manter as ações destinadas ao desenvolvimento do Programa de Renda Mínima "Bolsa Escola";
- Manter um efetivo sistema de transporte de estudantes e de professores.

## **CULTURA**

- Preservar e desenvolver manifestações no campo da música, dança, poesia e teatro;
- Manter as ações que visam o desenvolvimento dos esportes, da recreação e das aptidões físicas do indivíduo;
- Manter as ações que visam o desenvolvimento das atividades pertinentes aos esportes praticados por amadores, inclusive o desporto estudantil;
- Manter as ações destinadas ao funcionamento da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento da educação física, desportos e da recreação de caráter comunitário, extensivo à população de maneira geral;
- Manter as ações que visam proporcionar, principalmente a estudantes carentes de recursos, condições para sua participação integral nas atividades de ensino e cultura;
- Manter as ações que tem por objetivo de difundir a cultura em geral a todas as camadas da população, com o cultivo e o desenvolvimento das artes, o desenvolvimento das artes, o desenvolvimento das atividades literárias e o apoio a entidades na área.

## **DIREITOS DA CIDADANIA**

- Manter as ações desenvolvidas para garantia dos direitos da cidadania;
- Assistir famílias carentes com programas de apoio para melhoria na qualidade de vida.

## **URBANISMO**

- Manter as ações desenvolvidas no sentido de aperfeiçoar o processo de urbanização no Município, estabelecendo uma estrutura de cidade capaz de servir aos objetivos de crescimento econômico;
- Manter as ações relativas à coleta, varrição e limpeza de vias públicas, bem como a destinação final do lixo, envolvendo trabalho de aterro sanitário, usinas de tratamento, reciclagem, etc...
- Manter as ações relacionadas à implantação, ampliação, manutenção e operação dos serviços de iluminação de vias e logradouros públicos;
- Manter as ações relacionadas à implantação e manutenção de parques, jardins e de arborização das vias públicas.

## **HABITAÇÃO**

- Manter as ações desenvolvidas no sentido de promover, incentivar, apoiar e executar a política habitacional no Município;
- Manter as ações relacionadas ao planejamento, promoção e construção de residências, a fim de satisfazer as necessidades de habitação na cidade e zona rural (aglomerados);
- Manter programas de recuperação e reconstrução de habitações populares;
- Implementar programa de melhoria habitacional para famílias de baixa renda.

## **SANEAMENTO**

- Manter as ações relacionadas com o planejamento, instalação, ampliação, operação e manutenção de sistemas públicos de esgotos sanitários e despejos industriais;
- Manter as ações que visam o abastecimento d'água de boa qualidade as populações; o destino final dos esgotos domésticos e despejos industriais e a melhoria das condições sanitárias das comunidades;
- Manter as ações relacionadas com o planejamento ou sistemas de abastecimento d'água e o controle de sua qualidade;
- Manter as ações desenvolvidas para proteção ao meio-ambiente com a construção de obras hídricas para combate aos efeitos da seca;
- Manter as ações desenvolvidas em benefício das comunidades, no que se refere à melhoria do nível de higiene pública, inclusive o controle das regiões e logradouros insalubres e outros possíveis focos que atentem contra a saúde pública;

## **GESTÃO AMBIENTAL**

- Manter as ações de Preservação do meio ambiente;
- Manter as ações de preservação dos Sítios Históricos;

## **AGRICULTURA**

- Manter as ações visando o desenvolvimento e planejamento da agro-pecuária, objetivando obter elevação da produção e produtividade;
- Manter as ações relacionadas com a prevenção, erradicação e combate às doenças e pragas das plantas e dos produtos vegetais e, ainda a vigilância sanitária na produção, no trânsito e no comércio de produtos de origem vegetal;
- Manter as atividades relacionadas com a pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos agrícolas, que adicionados ao solo, corrigem-no ocasionando o aumento de sua fertilidade;
- Manter as ações relacionadas com a implantação e operação de sistemas destinados à irrigação dos solos, a fim de oferecer condições adequadas ao desenvolvimento das atividades agropecuárias.
- Manter as ações relacionadas com a introdução de processos mecânicos no meio rural, visando obter maior produtividade no trabalho agrícola através da divulgação dos equipamentos e dos financiamentos para sua aquisição;
- Ampliar a infra-estrutura de apoio à produção agro-pecuária, através da captação d'água, aquisição de máquinas e implementos agrícolas;
- Estimular programas agrícolas que contemplam a diversificação de lavouras;
- Contribuir com programas de preparo do solo para facilitar o trabalho do produtor;
- Manter as ações relacionadas com a aquisição, pesquisa, desenvolvimento, produção e distribuição de sementes e mudas de melhor padrão genético, destinados a elevar os índices de produtividade agrícola;
- Manter as ações relacionadas com a prevenção, erradicação e combate às doenças que afetam a produção pecuária;
- Manter as ações desenvolvidas no sentido de planejar, promover e criar condições de fornecimento de gêneros e mercadorias ao mercado consumidor;
- Manter as ações desenvolvidas no sentido de fazer cumprir a legislação relativa à inspeção de produtos agropecuários quanto aos aspectos higiênico-sanitários, qualidade e padronização para comercialização, inclusive do Matadouro Municipal;
- Manter as ações relacionadas ao planejamento e execução de medidas preventivas ou corretivas que visem proteger o solo contra os agentes causadores de seus desgastes.

### **INDUSTRIA**

- Implementar e manter as ações desenvolvidas para promoção da industria como atividade econômica.

### **COMÉRCIO E SERVIÇOS**

- Implementar e manter as ações desenvolvidas para promoção do comercio local;
- Estimular o comércio local com a realização de eventos voltados para o desenvolvimento do comércio como atividade econômica.

### **COMUNICAÇÕES**

- Manter as ações relativas ao planejamento e implantação da infra-estrutura da rede telefônica, no território municipal;
- Manter as ações relativas à comunicação através de captação e retransmissão de sinais de TV;
- Implantar informativo municipal.

## ENERGIA

- Manter as ações desenvolvidas no sentido de promover e executar a política de distribuição de energia elétrica na Zona Rural;
- Manter as ações relativas ao planejamento, construção, expansão e melhoria de redes de distribuição na Zona Urbana;
- Fornecer energia elétrica no meio rural, promovendo o desenvolvimento rural e apoiando pequenos produtores rurais.

## TRANSPORTE

- Manter as ações relativas à implantação de estradas, geralmente municipais, destinadas a ligar centros de produção a rede rodoviária básica. São normalmente estradas entre fazendas, sítios ou terrenos minifundiários de produção comercial ou substancial dentro do município, ou de município para município;
- Manter o controle, conservação e recuperação das estradas;
- Manter o controle, conservação e recuperação das estradas municipais constantes do plano rodoviário municipal e sua infra-estrutura inclusive com a inclusão de novas estradas e atualização do plano rodoviário.

## DESPORTO E LAZER

- Manter as ações que visam o desenvolvimento dos esportes, da recreação e das aptidões físicas do indivíduo;
- Manter as ações que visam o desenvolvimento das atividades pertinentes aos esportes praticados por amadores, inclusive o desporto estudantil;
- Manter as ações destinadas ao funcionamento da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento da educação física, desportos e da recreação de caráter comunitário, extensivo à população de maneira geral;
- Adquirir terrenos e construir quadras poliesportivas.

GABINETE DO PREFEITO, 30 de junho de 2005.

  
Antonio Fernandes de Lima  
- PREFEITO -

## ANEXO II

### METAS FISCAIS

#### I - PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

As Metas Fiscais para o exercício de 2006, que servirão de base para a elaboração do orçamento, traduzem as seguintes prioridades:

- I – geração de resultado primário positivo de 5% (cinco por cento) do valor total da receita orçamentária realizada;
- II – redução do montante da dívida fundada e fluante em 5% (cinco por cento) do valor total do passivo;
- III – pagamento de precatórios judiciais em valor equivalente a 2% (dois por cento) do valor recebido de transferências dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios;
- IV – manter dentro dos limites fixados, a despesa com pessoal, utilizando para tanto, redução de despesa pelos meios legais;
- V – redução do montante dos restos a pagar em pelo menos 10% (dez por cento) valor inscrito;
- VI – aumento da arrecadação própria do município, utilizando meios e métodos tecnicamente legais;
- VII – retomada das ações de investimentos em obras de infra-estrutura, com aplicação de pelo menos 5% (cinco por cento) do valor da receita orçamentária obtida;
- VIII – redução do déficit financeiro, com o equilíbrio das finanças públicas, limitando gastos e incentivando a arrecadação municipal;
- IX – alcançar resultado econômico positivo, através de um maior controle dos bens patrimoniais;
- X – redução do montante da dívida ativa, através da efetiva cobrança.

## **II - METAS FISCAIS**

As Metas Fiscais para o exercício de 2006, estão distribuídas em quatro itens e serão atingidas com a aplicação dos critérios e premissas mencionadas, exigindo aplicação do administrador para obtenção de um resultado positivo.

### **1. Metas Relativas às Receitas**

As metas relativas à receita para o exercício de 2006 visam o aumento da arrecadação com a aplicação de mecanismo para a redução da evasão fiscal, através de incentivos ao contribuinte.

Para a definição dos valores da receita projetada para o exercício de 2006, e para os dois anos subseqüentes, será utilizado o método do alinhamento da reta pelo método dos mínimos quadrados, sendo a metodologia dos cálculos encaminhada aos órgãos competentes no prazo legal.

Para definição da receita, estão previstas as seguintes metas fiscais:

1. Crescimento vegetativo de 5% (cinco por cento), considerando a evolução da receita nos dois últimos exercícios;
2. Incremento de até 10% (dez por cento) na arrecadação tributária de 2006, tendo em vista as ações relacionadas com o recadastramento tributário, reavaliação da planta de valores e o incremento da fiscalização;
3. Projeção dos efeitos inflacionários estimados em 10% (dez por cento) em relação ao exercício de 2006, com base na variação do índice de preços.

Na estimativa da receita deverá ser considerado o valor destinado ao incentivo ao pagamento dos tributos mediante descontos, já definidos no Código Tributário Municipal, compensado com as seguintes medidas:

1. Atualização do cadastro imobiliário e fiscal do município, objetivando ampliar a base para lançamento de impostos;
2. Revisão dos critérios para cobrança das taxas municipais;
3. Atualização do Cadastro de Atividades Econômicas ampliando o número de contribuintes.

## **2. Metas Relativas às Despesas.**

As metas relativas à despesa para o exercício de 2006 visam alcançar maior benefício a menor custo, tanto no exercício de 2006, como nos dois exercícios subsequentes.

As metas fiscais para realização da despesa programada para o exercício são as seguintes:

1. A despesa deverá limitar-se a 90% (noventa por cento) do total da receita prevista, destinando-se 5% (cinco por cento) para geração do superávit primário para amortização da dívida consolidada, especialmente Restos a Pagar; 2% (dois por cento) para formação da Reserva de Contingência; 1% (um por cento) para criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa ou novas despesas consideradas como obrigatórias de caráter continuado; 2% (dois por cento) para amortização de precatórios judiciais.
2. A despesa total com pessoal deverá manter-se dentro dos limites permitidos, sendo: 60% (sessenta por cento) do valor da Receita Corrente Líquida para a despesa consolidada; 54% (cinquenta e quatro por cento) para as despesas do Poder Executivo; e 6 (seis por cento) para as despesas do Poder Legislativo.
3. A despesa total com pessoal observará o limite prudencial, devendo, em caso de ultrapassar o limite, serem reduzidas pela ordem as seguintes despesas:
  - 1) Despesas com gratificações;
  - 2) Despesas com horas extras;
  - 3) Despesas com cargos comissionados;
  - 4) despesas com contratações temporárias.

## **3. Metas de resultados Primário e Nominal.**

Para o exercício de 2006, estima-se o seguinte resultados:

1. Resultado Primário: 5% (Cinco por cento) do valor da Receita Corrente Líquida;
2. Resultado Nominal: Com previsão prejudicada em razão da cobrança de taxa variável de reajuste, nos parcelamentos de débitos com o INSS e FGTS.

## **3. Metas Relativas ao Montante da Dívida Municipal.**

Com a obtenção do Resultado Primário, pretende-se reduzir a dívida do município nos seguintes percentuais:

1. Restos a Pagar, 5% (cinco por cento);

2. Dívida Contratada, 5% (cinco por cento).

### III - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO ANTERIOR.

Não foram avaliadas as metas fiscais para o exercício de 2006 em razão da opção pelos prazos constantes no art. 63, inciso III da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

GABINETE DO PREFEITO, 30 de junho de 2005.

  
\_\_\_\_\_  
Antonio Fernandes de Lima  
- PREFEITO -

## ANEXO III

### RISCOS FISCAIS

#### Passivos Contingentes

Processo de Desapropriação de Imóveis  
Inscrição de Precatórios  
Atualizações de Passivos

#### Outros Riscos Fiscais

Intempéries  
Emergências  
Calamidades Públicas  
Frustração na Cobrança da Dívida Ativa  
Despesas não Orçadas ou Orçadas a Menor  
Fatos não previstos em execução de Obras ou Serviços  
Campanhas de Saúde  
Epidemias e Pragas

GABINETE DO PREFEITO, 30 de junho de 2005.

  
\_\_\_\_\_  
Antonio Fernandes de Lima  
- PREFEITO -